

Processo Nº 08295.003692/2009-38 - Jiafen Zhou e Jian-guang Mei
 Processo Nº 08321.000408/2008-26 - Ada Alicia Portillo Escurra
 Processo Nº 08364.000482/2008-46 - Diego Alejandro Passadore
 Processo Nº 08390.005423/2008-47 - Yuliya Surnina
 Processo Nº 08390.005529/2008-41 - Jorge Marcelo Aleksich
 Processo Nº 08475.005745/2009-37 - Sean Noel Lopes
 Processo Nº 08485.000799/2009-97 - Jerry Todd Thompson
 Processo Nº 08494.000703/2009-81 - Duygu Nice Passere
 Processo Nº 08505.000434/2009-87 - Andrea Marisela Camargo
 Processo Nº 08505.000477/2009-62 - Seung Han Cho, Jin Young Yoo, Sua Cho e Yunseo Cho
 Processo Nº 08505.000531/2009-70 - Adolfo Quispe Vargas, Jhoany Victoria Quispe Ucharico e Victoria Ucharico Gomez
 Processo Nº 08505.006963/2009-94 - Jibing Zheng e Caiying Zheng
 Processo Nº 08505.006994/2009-45 - Luz Marina Huanca Quisbert
 Processo Nº 08505.008956/2009-27 - Miguel Angel Galarza Narvaez, Abril Galarza Villagomez e Mabelita Villagomez Robles de Galarza
 Processo Nº 08505.009168/2009-58 - Florencio Torres Jara e Ydalina Leguizamon
 Processo Nº 08505.015868/2009-81 - Enrique Armando Scarnati Almada
 Processo Nº 08505.019076/2009-86 - Hector Luis Duarte Benitez e Yenny Adriana Flecha Marugan
 Processo Nº 08505.026590/2008-97 - Erick Saturnino Tena Carlos e Jecica Gicetch Gutierrez Mori
 Processo Nº 08505.054055/2008-26 - Luis Emeterio Mamani Condori, Luis Mario Mamani Callisaya e Maria Victoria Callisaya Mamani
 Processo Nº 08505.066481/2007-21 - Primitiva Tintaya Hilari e Luis Gabriel Tintaya
 Processo Nº 08505.068757/2008-97 - Efrain Vargas Torrico e Prudencia Cossio Vallejos
 Processo Nº 08797.001235/2008-77 - Hernando Arévalo Valles
 Processo Nº 08270.014526/2007-83 - Serge Charles Abensur
 Processo Nº 08295.006780/2009-91 - Portia Linn Boss Herero
 Processo Nº 08420.001515/2007-72 - Edgardo Humberto Ramos Villegas
 Processo Nº 08491.001441/2009-01 - Roberto Alejandro Figueroa
 Processo Nº 08505.042185/2008-16 - Sergio Alejandro Pzyk

CAROLINDA RODRIGUES CHAVES
 P/Delegação de Competência

RETIFICAÇÕES

No Diário Oficial da União de 09/10/2009, Seção I, Pág102, Onde se lê:
 Face às diligências procedidas pelo Departamento de Polícia Federal, DEFIRO o presente pedido de permanência, vez que restou provado que o (a) estrangeiro (a) está casado de fato e de direito com cônjuge brasileiro (a), salientando, todavia, que o ato persistirá enquanto for detentor da condição que lhe deu origem.
 Processo Nº: 08505.070951/2008-32 - Hesham Mohamed Hossny Ali Mohamed
 Leia-se:
 Face às diligências procedidas pelo Departamento de Polícia Federal, DEFIRO o presente pedido de permanência, vez que restou provado que o (a) estrangeiro (a) está casado de fato e de direito com cônjuge brasileiro (a), salientando, todavia, que o ato persistirá enquanto for detentor da condição que lhe deu origem.
 Processo Nº: 08505.070951/2008-32 - Hesham Mohamed Hossny Ali Mohamed Ibrahim
 No Diário Oficial da União de 23/10/2009, Seção I, Pág 56, Onde se lê:
 DEFIRO o(s) presente(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada.
 Processo nº: 08362.001265/2009-74 - Paul Justin Dillard, até 10/04/2010
 Leia-se:
 DEFIRO o(s) presente(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada.
 Processo nº: 08362.001265/2009-74 - Paul Justin Dillard e Toni Harrup Dillard, até 10/04/2010
 No Diário Oficial da União de 14/10/2009, Seção I, Pág 69, Onde se lê:
 Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da lei e, diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO o pedido de Prorrogação de Estada no País até 30/08/2011. Processo nº: 08018.007279/2009-11 - Shilakshmi Surapaneni
 Leia-se:
 Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da lei e, diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO o pedido de Prorrogação de Estada no País até 30/08/2011. Processo nº: 08018.007279/2009-11 - Srilakshmi Surapaneni

Ministério da Pesca e Aquicultura

GABINETE DO MINISTRO

INSTRUÇÃO NORMATIVA INTERMINISTERIAL Nº 2, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2009

OS MINISTROS DE ESTADO DA PESCA E AQUICULTURA E DO MEIO AMBIENTE, no uso das suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 27, § 6º, inciso I, da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, nas Leis nºs. 8.617, de 4 de janeiro de 1993, 11.958, de 29 de junho de 2009 e 11.959, de 29 de junho de 2009; e,
 Considerando as recomendações emanadas na Reunião Técnica para o Ordenamento da Pesca de Anchova (*Pomatomus saltatrix*) nas regiões sudeste e sul do Brasil, realizada em Itajaí/SC nos dias 27 a 29 de maio de 2009, e o que consta no Processo IBAMA/Sede nº 02001.010029/2009-61, resolvem:

Art. 1º Estabelecer os critérios para operação de embarcações de pesca na captura da anchova (*Pomatomus saltatrix*), no litoral Sul do país.

Art. 2º As embarcações de que trata o art. 1º desta Instrução Normativa deverão estar devidamente inscritas no Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP com autorização para pesca de anchova nas modalidades de cerco ou emalhe de superfície costeiro.

Parágrafo único. As embarcações não autorizadas para a pesca da anchova somente poderão capturar e desembarcar esta espécie, quando objeto de fauna acompanhante de outras pescarias autorizadas, na proporção de até 5% (cinco por cento) do total desembarcado.

Art. 3º As embarcações com arqueação bruta (AB) superior a 20 somente poderão atuar na captura da anchova nas seguintes condições:

I - a partir de 5 (cinco) milhas náuticas da costa, quando a pesca for realizada no litoral dos estados do Paraná e Santa Catarina;

II - a partir de 10 (dez) milhas náuticas da costa, quando a pesca for realizada no litoral do estado do Rio Grande do Sul.

Art. 4º Proibir, anualmente, no período de 1º de dezembro a 31 de março, a captura da anchova no litoral sul do país.

§ 1º A largada das embarcações devidamente autorizadas será permitida a partir do dia 1º de abril de cada ano.

§ 2º O desembarque da espécie mencionada no caput deste artigo será tolerado até o dia 3 de dezembro de cada ano.

Art. 5º A pessoa física ou jurídica que atue na captura, conservação, beneficiamento, industrialização ou comercialização de anchova deverá fornecer às Superintendências Estaduais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, até o dia 7 de dezembro de cada ano, a relação detalhada dos estoques in natura, congelados ou não, existentes no dia 3 de dezembro de cada ano.

Parágrafo único. Durante o período estabelecido no art. 4º fica vedado o transporte, a estocagem, a comercialização, o beneficiamento e a industrialização de qualquer volume de anchova que não seja oriundo do estoque declarado na forma estabelecida no caput deste artigo ou quando capturada como fauna acompanhante de outras pescarias autorizadas, a ser comprovada pelo interessado, no ato da fiscalização.

Art. 6º Para fins de monitoramento da pescaria, o proprietário, armador ou arrendatário das embarcações autorizadas a capturar a anchova fica obrigado a:

I - entregar os mapas de bordo, na forma da legislação específica;

II - manter em funcionamento o equipamento de rastreamento por satélite, na forma da legislação específica;

III - manter observador de bordo em vinte e cinco por cento (25%) de suas operações de pesca para o monitoramento da pesca de anchova.

Art. 7º Os critérios estabelecidos nesta Instrução Normativa serão revistos ao final de dois anos, contados a partir da data de publicação desta Instrução Normativa Conjunta.

Art. 8º As embarcações que forem autuadas praticando pesca em desacordo com as medidas estabelecidas nesta Instrução Normativa, independente de outras sanções, poderão ter suas permissões de pesca canceladas de acordo com a legislação vigente.

Art. 9º Aos infratores desta Instrução Normativa serão aplicadas as penalidades e as sanções, respectivamente, previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e no Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, independente de outras sanções previstas em legislação específica.

Art. 10. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Fica revogada a Portaria IBAMA nº 127-N, de 18 de novembro de 1994.

ALTEMIR GREGOLIN
 Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura

CARLOS MINC
 Ministro de Estado do Meio Ambiente

Ministério da Previdência Social

SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA

COMPLEMENTAR

DEPARTAMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA

PORTARIA Nº 3.198, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2009

A DIRETORA DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art.74, ambos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001 e inciso I, do art. 12 do Anexo I ao Decreto nº 6.417, de 31 de março de 2008, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 44000.004202/94-78, às fls. sob o comando nº 334961340 e juntada nº 337208957, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas para o Regulamento do Plano Aurora Prev, CNPB nº 1997.0010-47, administrado pelo BB Previdência - Fundo de Pensão Banco do Brasil.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA ESTER VERAS

RETIFICAÇÃO

Na Portaria/MPS/SPC nº 3.038, de 18-9-2009, publicada no DOU de nº 180, de 21-9-2009, Seção 1, página 54, onde se lê: "... Plano de Aposentadoria ItaúBank, Itaú XL Seguros Corporativos S.A....", leia-se: "... Plano de Aposentadoria Itaúbank...".

VOCÊ SABIA QUE...

...após a Imprensa Nacional ter várias sedes provisórias, foi inaugurado, por D. Pedro II, em 1877, o primeiro prédio construído para abrigar os prelos e todo o material usado na gráfica? Que este edifício pegou fogo na noite de 15 de setembro de 1911, onde se perdeu vasto material histórico?

SIG Quadra 6, Lote 800, Brasília - DF CEP 70610-460

www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br